

**DAS TRAMAS, ATORES E SENTIDOS NO TEATRO DA CRISE POLÍTICA
BRASILEIRA**

Giovanni Semeraro

Resumo

No artigo "A crise econômico-política no Brasil: uma leitura a partir de Gramsci", escrito para a revista inglesa *International Gramsci Journal*, abordei aspectos da crise política e econômica que foram se desenhando no Brasil ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como referência numerosas notas de Gramsci e debatendo com diversos analistas contemporâneos. Não podendo, infelizmente, divulgá-lo em revistas indexadas no Brasil, elaborei uma versão em português do artigo e o coloquei à disposição no site www.igsbrasil.org. Agora, frente a um processo que vem se precipitando e gerando desdobramentos cada vez mais surpreendentes e imprevisíveis, pretendo me concentrar sobre a trama e os principais atores que figuram no "teatro trágico" da crise recente que assombra o cenário brasileiro. À medida, de fato, que o tempo passa e a situação se agudiza, aparecem mais nítidos o enredo que está por trás da crise e o papel de muitos protagonistas que saem da sombra dos bastidores para as luzes do palco.

Palavras-chave: Teatro; Crise; Gramsci.

**LAS TRAMAS, ACTORES Y SIGNIFICADOS EN EL TEATRO DE LA CRISIS POLÍTICA
BRASILEÑA****resumen**

En el artículo "La crisis económico-política en Brasil: una lectura de Gramsci", escrito para la revista inglesa *International Gramsci Journal*, abordé aspectos de la crisis política y económica que se estaba gestando en Brasil durante los gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT), teniendo como referencia las numerosas notas de Gramsci y debatiendo con varios analistas contemporáneos. Lamentablemente, al no poder publicarlo en revistas indexadas en Brasil, preparé una versión en portugués del artículo y la puse a disposición en el sitio web www.igsbrasil.org. Ahora, ante un proceso que se viene precipitando y generando desarrollos cada vez más sorprendentes e impredecibles, pretendo centrarme en la trama y los principales actores que figuran en el "teatro trágico" de la reciente crisis que acecha el escenario brasileño. De hecho, a medida que pasa el tiempo y la situación empeora, la trama detrás de la crisis y el papel de muchos protagonistas que dejan las sombras tras bambalinas por las luces del escenario se van aclarando.

Palabras clave: teatro; Crisis; Gramsci.

**THE PLOTS, ACTORS AND MEANINGS IN THE THEATER OF THE BRAZILIAN POLITICAL
CRISIS****Abstract**

In the article "The economic-political crisis in Brazil: a reading from Gramsci", written for the English magazine *International Gramsci Journal*, I addressed aspects of the political and economic crisis that were taking shape in Brazil during the governments of the Workers' Party (PT), having as reference Gramsci's numerous notes and debating with several contemporary analysts. Unfortunately, not being able to publish it in indexed journals in Brazil, I prepared a Portuguese version of the article and made it available on the website www.igsbrasil.org. Now, facing a process that has been precipitating and generating increasingly surprising and unpredictable developments, I intend to focus on the plot and the main actors that figure in the "tragic theater" of the recent crisis that haunts the Brazilian scenario. In fact, as time goes by and the situation worsens, the plot behind the crisis and the role of many protagonists who leave the shadows behind the scenes for the stage lights appear clearer.

Keywords: theater; Crisis; Gramsci.

Radiografia e diagnóstico

Embora as raízes da crise deitem mais fundo na história e na perversa estrutura econômica e social do país, nessas páginas focalizaremos apenas alguns eventos políticos mais significativos que marcaram o Brasil nesses últimos anos. O “tsunami”, aparentemente caótico, das imponentes manifestações que tomaram conta do país nas chamadas “jornadas de junho de 2013” pode ser considerado o grande sinal de alarme de uma situação já insustentável no sistema político e econômico. Estuário de numerosos protestos e reivindicações disseminadas no país, aquele maciço levante popular que apanhou de surpresa autoridades e muitas organizações políticas foi a explosão mais clamorosa apoiada por imensa maioria da população que não tolerava mais a corrupção e a omissão das instituições públicas frente aos graves problemas do país. Seus reflexos se estenderam ao longo do ano eleitoral de 2014 e as pressões se intensificaram vertiginosamente durante o ano de 2015, colocando à mostra as dimensões de uma crise profunda e perigosa que está se revelando de longa duração e com efeitos imprevisíveis.

Não há dúvida de que a crise que eclodiu em 2008 nos países centrais e contaminou o mundo fez sentir seus duros golpes também no Brasil. Já latentes no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), foi ao longo do primeiro mandato de Dilma Vana Rousseff (2011-2014) que apareceram os sinais evidentes da tempestade que vinha se armando. A reestruturação do capitalismo nos países centrais, a retração econômica da China e as complicações nos BRICS e na América Latina tiveram forte impacto no ritmo de crescimento do Brasil. No entanto, para além dos fatores externos e da prolongada estiagem que castiga o Brasil, ao longo desses últimos governos foram cometidos erros e grassou uma corrupção que agravaram o quadro político e a estabilidade econômica. A renúncia fiscal de mais de R\$ 300 bilhões entre 2011 e 2015 derivada da desoneração de tributos e da redução de impostos de grandes empresas, os “empréstimos” a juros ridículos para a iniciativa privada que não atendeu plenamente ao esperado, os gastos faraônicos de mais de R\$ 90 bilhões para a realização da Copa do mundo e a preparação das Olimpíadas em obras sem nenhuma urgência ou prioridade, a falta de controle na transferência dos lucros de grupos estrangeiros para suas matrizes no exterior, o desvio e o desperdício de recursos públicos em obras mal planejadas e interrompidas, os altos salários e benefícios para setores privilegiados, a maquiagem

da economia para não comprometer as eleições, foram alguns dos elementos que alimentaram a crise represada com remendos e paliativos. Além disso, o governo acolheu em sua base uma composição de forças políticas tão contraditórias que lhe impediu de enfrentar o poder incomensurável dos bancos e da elite econômica, das empreiteiras e das megaempresas que realizam seus planos à revelia da população, financiam campanhas eleitorais e compram políticos, juizes e funcionários. A Operação Lava Jato, desencadeada pela Polícia Federal e o Ministério Público em 2014, está desvendando tramas secretas e meandros de promiscuidade onde se decidem os destinos do país tanto na economia como na política. De fato, “R\$ 7 de cada R\$ 10 arrecadados (no total foram R\$ 5 bilhões) por partidos e candidatos nas eleições de 2014 vieram diretamente dos cofres de empresas. As dez maiores doadoras, onde se incluem gigantes dos setores de bebidas, alimentos, construtoras e bancos, ajudaram a eleger 360 dos 513 deputados federais em 2014”¹.

Por outro lado, a Operação Zelotes, promovida em março de 2015 pela Polícia Federal e o Ministério Público, revela outro chocante esquema de corrupção: a sonegação de mais de R\$ 19 bilhões de impostos praticada por numerosas empresas que conseguem fraudulentamente o cancelamento de dívidas e multas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda. Nesse mesmo período, em uma lista vazada no HSBC da Suíça aparecem mais de 7 mil ricos brasileiros que enviaram enormes contingentes de dinheiro ao exterior burlando as leis do fisco. Juntamente com inúmeras operações fraudulentas e a fuga em paraísos fiscais, essas práticas confirmam o *modus operandi* de empresas e das classes privilegiadas do Brasil que há muito tempo agem impunemente sem se importar com a sorte do país.

Além da impressionante magnitude dos crimes econômicos e a desfaçatez da corrupção, o que essas investigações tornam visível é também a debilidade das instituições públicas e a fragilidade da democracia no Brasil, inermes e subjugadas a um superpoder que paira sobre o país, esvazia a política e ludibria a soberania popular². Um vírus que, à semelhança das crescentes epidemias de dengue e zika tratadas com muito descaso porque atingem essencialmente a população pobre provoca “microcefaleia” na vida política e social do país. De fato, enquanto se alega

¹ P. R. Vilela, “Os donos do Brasil”, in: *Caros Amigos*, ano 19, n.224, dez 2015, p. 18.

² G. Semeraro, “La unidad latino-americana por la democracia popular”. In: Villavicencio, S. (org.). *La unión latino-americana: diversidad y política*. Buenos Aires, CLACSO, 2014, p. 195-210.

falta de recursos para uma doença que compromete a vida de milhares de crianças, são entregues R\$ 400 bilhões para os bancos e para uma minúscula parcela de rentistas.

Sem querer isentar o envolvimento e a responsabilidade de muitos setores da sociedade, é principalmente a extensa rede de corrupção enraizada secular e impunemente no Brasil pela classe dominante que corrói o corpo social e gera também a vergonhosa degradação no sistema político. O grau dessa calamidade ficou mais patente em 2014, ano das “mais sangrentas eleições”, e no deprimente cenário econômico- político que marcou 2015. Ao longo desse ano, uma convergência de fatores externos e internos levou a uma recessão de quase 4%, a praticar os juros mais elevados do planeta, a alcançar taxas de desemprego e de inflação a mais de 10%, provocando redução de poder de compra e uma enorme decepção na população. Este quadro foi se agravando ainda mais porque a oposição e as forças conservadoras, frustradas pela derrota nas eleições presidenciais por uma estreita margem de votos, se aproveitaram da vulnerabilidade do governo e da sua baixa popularidade para minar qualquer projeto que pudesse dar sustentação à Presidente eleita.

Há mais de um ano nesse descalabro, a população vem assistindo atônita a uma verdadeira guerra instaurada entre o Executivo e o Legislativo, às investidas maciças desferidas contra o governo pelo monopólio da imprensa empresarial, às batalhas sem exclusão de golpes travadas nas redes sociais, ao crescente ressentimento da classe média e às mobilizações financiadas pelo grande capital, orquestradas pelo *Movimento Brasil Livre*, *Revoltados online*, *Vem Pra a Rua*³. As guerras hodiernas, de fato, mais do que pelos tradicionais meios bélicos, se travam com as pressões da opinião pública, o bombardeio da mídia, o jogo das imagens, a disputa da hegemonia ideológico-cultural e as sofisticadas técnicas da espionagem⁴. Assim, em um quadro que gera incertezas, escassez de recursos e investimentos, pânico e crescimento da tensão, os confrontos políticos extrapolam os muros do Congresso e se disseminam nas ruas, nos bairros, no cotidiano, abrindo caminho para atos de intolerância e explosões de violência, para manifestações que expressam ódio visceral ao PT, aos programas sociais, aos negros e aos setores

³ Ver *Brasil de Fato*, 12 a 18 de março de 2015 (p. 5) e 2 a 8 de julho de 2015 (pp. 4-5).

⁴ D. Losurdo, *La sinistra assente. Crisi, società dello spettacolo, guerra*. Roma, Carocci, 2014, pp. 87-110.

mais pobres da população, alimentando grupos que invocam a intervenção militar, segmentos que sustentam o *impeachment* da Presidente a qualquer custo e a restauração das políticas econômicas neoliberais.

É preciso reconhecer que farta munição para essa guerra político-ideológica tem sido fornecida pelas falhas de gestão e os escândalos de corrupção praticados por integrantes do governo e do PT. De fato, ao longo dos seus mandatos prolongados além do tolerado pelas classes dirigentes, não faltaram erros e debilidades clamorosas que têm contribuído para a explosão da crise e a onda de reação que se instaurou no país. É inacreditável como, logo depois do penoso e arriscado processo do “mensalão” flagrado em 2004, diversos expoentes do governo foram apanhados em outros escândalos de corrupção vinculados, principalmente, ao chamado “petrolão”. Com isso, ficou patente que a permanência no poder vinha sendo barganhada a qualquer custo, confiando mais em práticas de política promiscua e venal do que na ampliação das políticas sociais e no aprofundamento da participação popular, na transparência e no fortalecimento das instituições públicas. Aliando-se com partidos tradicionalmente fisiológicos e objetivos contrapostos, como o Partido Progressista (PP) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o governo do PT se iludiu de poder levar água para o seu moinho. Ao contrário, as eleições de 2014 vencidas com a contribuição significativa desses aliados, levaram esses partidos a reivindicar espaços maiores de poder e a multiplicar suas exigências em troca da sustentação à governabilidade. Não conseguindo alcançar plenamente seus objetivos, parte da base governista resolveu passar para a oposição e atravancar projetos de ajuste econômico e de retomada do crescimento. Entre outras derrotas infligidas ao PT, a perda da Presidência da Câmara dos Deputados para a oposição arrebanhada por Eduardo Cunha (PMDB) tem sido fatal para o governo e o país.

Mas, o maior desastre do PT consiste na perda da confiabilidade em amplos setores da sociedade e do consenso popular. Hoje, de fato, é elevado o índice de reprovação do governo Dilma Rousseff e tornou-se visível a dissolução melancólica de um marcante ciclo na história política brasileira, construído em torno de um partido que chegou a eleger presidente do país um trabalhador e nordestino. Vinculada visceralmente a Luiz Inácio Lula da Silva, mas politicamente inábil e carente de capacidade comunicativa, a Presidente Dilma Rousseff acabou refém de chantagistas e de grupos políticos que enxergaram na crise uma grande

possibilidade de se assenhorar do poder central sem passar pelo voto popular. Assim, a cena política do ano 2015 foi dominada essencialmente pelas tramas de predadores e aves de rapina que rodeiam o corpo isolado e agonizante de um partido esfacelado internamente e desacreditado socialmente, atemorizado e incapaz de dar conta de um programa mínimo para enfrentar os problemas internos e externos que continuam se agravando.

Abandonando suas bandeiras de origem e se adaptando cada vez mais à vontade dos seus “aliados”, o PT acabou “reduzindo-se à escala da burguesia”⁵. Não surpreende, portanto, se no quadro dos políticos denunciados por corrupção, ao lado dos 17 nomes pertencentes ao PMDB e dos 31 ao PP, partidos tradicionalmente clientelistas que formam a base do governo, o PT figura com 13 incriminados. Quando esse esquema, que se pensava hermético e inviolável como tantos outros na longa tradição de corrupção no Brasil, começou a ser desvendando, os “aliados” debandaram e o jogo político enveredou para o vale tudo. Com lances surpreendentes quase diários, a população assiste espantada e petrificada a uma das páginas mais tristes e vergonhosas da história política do Brasil, à desestruturação do governo e à canibalização recíproca dos maiores partidos do país.

Entre outros aspectos sórdidos e sombrios, essa crise vai ficar na história porque o processo de *impeachment* contra a Presidente da República está sendo promovido por políticos corruptos que se apresentam como paladinos da moralidade e partidos envolvidos na Lava-Jato e em diversos crimes que a típica morosidade da justiça brasileira não consegue finalizar. A essa situação contraditória soma-se a falta de alternativas políticas, de organizações e lideranças aglutinadoras capazes de unificar o país despedaçado, uma situação que alimenta o temor de substituir o ruim com o pior. Em uma reedição trágica da história, ao Brasil pode ser aplicado o que Marx escreveu há mais de 150 anos, quando “todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta, e para que não possa haver sombra de dúvida quanto ao retrocesso, surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos editos que já haviam se tornado assunto de erudição de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam desfeitos

⁵ K. Marx, *O 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002, p. 29.

na poeira dos tempos”⁶. 80 anos mais tarde, ao analisar uma crise mais perigosa na Itália, Gramsci “traduzia” esse quadro com uma expressão lapidar, atualíssima para o nosso caso: “*O velho morre e o novo não consegue nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados*”⁷.

Atores

Não faltam, de fato, fenômenos patológicos que compõem o roteiro do filme deprimente que está sendo rodado atualmente na política brasileira, em grande parte reduzida à crônica de delegacia de polícia. Aqui, focalizaremos apenas o papel de alguns personagens que formam o quadro delicado e assustador de um país que vem reunindo todos os ingredientes para uma “tempestade perfeita”.

Figura central nesse cenário, a Presidente da República, ao contrário do que acontece normalmente, viu seu poder se esvaziar logo no início de seu novo mandato. Com índices de aprovação muito baixos mantidos ao longo de todo o ano de 2015, foi perdendo apoio no Congresso e se tornou o alvo principal das acusações de responsabilidade pela crise do país. Embora dotada de uma considerável dose de resistência, de coragem e equilíbrio, não possui o carisma, a habilidade discursiva, a agilidade política e maleabilidade do ex-Presidente Lula, seu padrinho e conselheiro, do qual custa a se desvencilhar para traçar um programa próprio de governo. À frente do país em um dos períodos mais conturbados de sua história, acabou sendo isolada, acuada, cercada por uma assessoria entrincheirada e pobre, após ter perdido muitos quadros durante o desgaste de seu partido. Essa condição de fragilidade e paralisia a tornou vulnerável às investidas da oposição e ao pedido de *impeachment* habilidosamente montado pelos setores reacionários e que desde início de dezembro de 2015 tramita na Câmara dos Deputados. Um processo, na verdade, sem base legal uma vez que o TSE havia já aprovado as contas do governo e, até hoje, não há prova alguma de crime doloso e as próprias acusações de manobras administrativas ilegais (“pedaladas fiscais”) - assinadas também pelo vice-presidente Michel Temer -, foram utilizadas por outros presidentes, governadores e prefeitos do país. Na verdade, além da Presidente, o

⁶ Ibid., p. 23.

⁷ A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, a cura di V. Gerratana, 4 vols, Torino, Einaudi, 1975: Q 3, §34, p. 311.

alvo maior que se quer efetivamente atingir é o ex-presidente Lula que goza ainda de certa popularidade e poderia vir a se recandidatar. Mas, enquanto Lula se dedica a apagar incêndios, a tentar costurar alianças e repetir um discurso já gasto, sua vida está sendo devassada e sua imagem continuamente arranhada pelas suspeitas que se levantam contra ele e seus familiares.

Parodiando Marx, mas invertendo a ordem, a reedição do *impeachment* em curso, diversamente do que ocorreu em 1992 quando foi defenestrado o Presidente Fernando Collor de Mello, um aventureiro sem base partidária e apoio social, pode se tornar uma tragédia que aprofunda a divisão do país e promove o retrocesso. Ainda que possa acentuar a desolação, para entender o que vem ocorrendo com a crise atual não podia haver imagem mais eloquente e simbólica do que o rompimento da barragem da Samarco Mineradora, *joint venture* da Vale e da BHP Billiton. Ocorrido no início de novembro, no auge da crise, o desastre aniquilou Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG), provocando a morte de 19 pessoas. O derrame de pelo menos 40 bilhões de litros de rejeitos tóxicos inundaram toda a bacia do Rio Doce, comprometendo a vida das cidades ribeirinhas, destruindo e contaminando a flora e a fauna ao longo de todo o percurso de 700 km até desaguar no litoral do Espírito Santo. Maior tragédia ambiental provocada não por causas naturais, mas pelo irresponsável represamento de uma exorbitante quantidade de resíduos tóxicos feito a revelia da lei e pela omissão das autoridades, essa catástrofe evidencia não só a leviandade e incompetência dos administradores como também o cinismo de políticos que trabalham nos bastidores para diminuir o peso do crime de empresas que financiam suas campanhas e atividades.

Assim, da mesma forma que vem se destruindo o ecossistema e é comprometida a vida de uma inteira região pela arrogância e impunidade de pequenos grupos protegidos, a enxurrada de lama tóxica que foi derramada em uma artéria vital do território brasileiro se constitui como a imagem mais clara do mar de lama no qual está imerso o sistema político do país.

Outro personagem nesse teatro tenebroso da crise está sendo representado por Michel Temer, vice-presidente da República. Ao lado da Presidente, em aparente convivência e harmonia, na prática, como presidente do PMDB, fareja astutamente os ventos da política e age com oportunismo, a grande especialidade do seu partido. Mestre de duplicidade e elegante conspirador, esfinge ou “o mordomo de filme de terror”, como é rotulado, exerce de longa data o jogo escuso do poder, conhece

como poucos os meandros da máquina governamental e das transações com o mundo econômico e empresarial. Assim, diante da fragilidade do governo e vendo diminuir as possibilidades de salvar seu partido das denúncias de corrupção, passou a se alinhar sem escrúpulo com a oposição e junto com Eduardo Cunha conspira para derrubar a Presidente, dando origem a uma das maiores contradições da história política do país. Desta forma, em uma das cenas maquiavélicas, a Presidente e seu vice trabalham de costas e andam em círculos, uma em volta do outro, estudando o melhor momento para atacar e se livrar do adversário. Mas, na política, o destino é cruel com os incautos e trapaceiros. A inexorabilidade da clareza que a crise exige obriga o vice-presidente a tirar a máscara e revelar sua efetiva personalidade: um ser ambíguo e infantil por trás da imagem de isenção e maturidade. A sua “Carta à Presidenta Dilma Rousseff”, de 7 de dezembro de 2015, escrita em um dos momentos mais delicados do país, com o intuito de angariar a simpatia da oposição e ser aclamado como alternativa de governo, acabou se tornando uma das peças mais reveladoras da sua mediocridade e ininteligência política, uma flagrante manifestação patética e grotesca que comprometeu seu sonho de se tornar presidente.

Mas, entre todos os “fenômenos patológicos” que fazem parte desse teatro de aberrações, não há dúvida de que Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, se tornou a figura mais emblemática e devastadora da crise. Tempestivo e habilidoso em se aproveitar da debilidade da Presidente, aglutinou os ataques da oposição e a insatisfação de parte significativa da base parlamentar. A pretexto da independência do Legislativo, na verdade, foi apresentando um conjunto de propostas retrógradas e de “pautas bombas” que minaram a governabilidade e bloquearam as tentativas de “ajuste fiscal” voltadas a reequilibrar a economia e a confiança nas instituições políticas. Eleito em votação secreta por 271 deputados das mais variadas colorações políticas, muitos deles com problemas na justiça, seu poder ganhou ainda mais espessura quando, em abril de 2015, com uma decisão inédita na história da República, anuncia o rompimento com o governo. Na qualidade de Presidente da Câmara e integrante do principal partido de sua base, essa posição agravou profundamente a crise, gerando um perigoso impasse entre os poderes: o choque frontal entre a Presidente da República eleita democraticamente pelo voto popular e o Presidente da Câmara dos Deputados determinado a dinamitar o Executivo e derrubar o governo. Mas, tão fulminante como foi sua ação política, logo

veio à público a sua longa ficha corrida que revelava um sujeito envolvido em muitas falcatruas e capaz de tudo, até de colapsar o país, para realizar suas ambições pessoais. Com base em “provas materiais inquestionáveis”, Rodrigo Janot, Procurador-geral da República se referiu a Eduardo Cunha como “chefe de quadrilha”. Em plena entrevista no programa “Roda Viva” de 30/11/2015, o deputado federal Jarbas Vasconcelos, seu correligionário do PMDB e ex-governador de Pernambuco, chega a defini-lo “um psicopata”. Obcecado, de fato, com seus planos de poder a qualquer custo, pode ser comparado ao piloto suicida que em 2015 levou o avião da Lufthansa cheio de passageiros a se esmagar nos Alpes franceses.

O momento mais alto da sua temerária e destrutiva atividade ocorre quando autorizou a abertura do processo de *impeachment* contra a Presidente da República, retido como moeda de troca enquanto lhe era conveniente e utilizado como retaliação assim que se viu abandonado pelo PT no processo aberto contra ele no Conselho de Ética. O espetáculo deprimente das seções desse Conselho, tornou-se um dos mais asquerosos “fenômenos patológicos” das artimanhas políticas. Apesar das provas evidentes e consistentes dos seus crimes de corrupção, da sonegação de impostos, da evasão fiscal e das mentiras na CPI da Petrobras - fatos que fariam qualquer um se sentir envergonhado e apresentar as demissões - para espanto geral, não apenas Eduardo Cunha persiste no cargo, mas, se utiliza do seu poder e da sua tropa de choque para intimidar testemunhas, adiar as votações e obstruir com todos os meios e manobras regimentais protelatórias, as investigações. Trata-se, sem dúvida, de uma das maiores aberrações do circo político, só possível em um país com instituições elásticas, vagarosas e benévolas quando se trata de julgar “poderosos”. Não foi por acaso que se batizou de “Operação Catilinária” - em referência ao senador romano L. Sérgio Catilina denunciado por M. Túlio Cícero nas famosas catilinárias por conspiração contra a República romana - o mandato de busca e apreensão autorizado pelo ministro Teori Zavascki, relator no Supremo Tribunal Federal do caso Operação Lava-Jato, na residência e nos escritórios do Presidente da Câmara e de políticos a ele associados. Mais um capítulo inédito e espantoso, o mais impactante jamais sofrido por alguém em cargo tão elevado na história política do Brasil.

Mereceria análise a parte o jogo praticado pelo leque de partidos que compõem o Congresso, muitos deles de aluguel, meteóricos, balcão de negócios, sem história e totalmente desconhecidos pela maioria da população. Mas, nesse

pequeno espaço não podemos deixar de registrar algumas considerações a respeito do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), outro ator destacado nesse teatro de *mise-en-scène* não apenas pelo número de deputados e senadores, mas, pelos dois mandatos na Presidência da República e pela administração de diversos Estados e municípios. Derrotado nas últimas quatro eleições presidenciais, considera-se candidato natural à sucessão e na guerra entre PT e PMDB desempenha o papel de “*tertium super partes*”. No entanto, por trás das aparências, segue a tática do “quanto pior melhor” e trabalha diuturnamente para sangrar o PT e minar o PMDB, de modo a se beneficiar dessa carnificina. Sob a batuta do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e das velhas raposas de sua legenda, reapresenta de forma velada seus velhos e elitistas planos privatistas e liberalizantes visando ganhar a simpatia da classe média e atrair o empresariado e o setor financeiro para retomar o governo central. Neste sentido, se movimenta álcree e habilidosamente nos bastidores, marca forte presença nos meios de comunicação, procura esconder os casos de corrupção que ocorreram nos seus governos e se articula discretamente com os grupos da oposição e figuras como Ronaldo Caiado, Agripino Maia, Paulinho da Força, Paulo Skaf, o ministro Gilmar Mendes. Utilizando-se de terceiros, insufla as iniciativas de *impeachment* e a rebelião das ruas sem aparecer na linha de frente para se proteger da pecha de “golpista”. Surfou a onda Eduardo Cunha enquanto lhe foi útil e o abandonou tão logo sua personalidade se revelou catastrófica. Simpatizou com a alternativa Michel Temer como Presidente transitório do Brasil, mas, não demorou a se afastar dessa proposta assim que ficaram visíveis a ambiguidade e a mediocridade do vice-presidente e os dados de uma pesquisa do Instituto DataFolha mostravam que 68% dos entrevistados o consideravam incapaz de conseguir uma articulação nacional e melhorar as sortes do país.

No elenco dos atores que representam papéis de destaque nesse teatro trágico é impossível não incluir a ação febril e incessante do maior partido do país: a mídia monopolizada pelo grande empresariado. À vista de todos, esse conjunto impressionante de aparelhos ideológicos constitui um verdadeiro quarto poder, autocrático e intocável, corporativista e mercenário. Induzindo diariamente comportamentos conforme a vontade dos seus patrões e as imposições do mercado, exerce papel determinante na formação da sociedade, sabe tocar como ninguém as cordas dos sentimentos, manuseia com maestria o inconsciente e as técnicas do

imaginário para seduzir seus espectadores e entupir a população com farto cardápio de diversões vazias e programações narcotizantes. Nesse período de crise, por trás de uma aparente isenção, a mídia patronal dedica-se em uníssono a adubar diariamente o terreno para desencadear o *impeachment* da Presidente e desestabilizar o governo. Seleciona dados, filtra notícias, monta reportagens tendenciosas sobre a crise e a inaptidão do governo, espalha o pânico na população com a destilação de estatísticas catastróficas e previsões apocalípticas, organiza programas e debates com integrantes afinados no mesmo discurso, divulga informações sensacionalistas, descontextualizadas, sem a devida comprovação e o direito ao contraditório, insufla a revolta contra um segmento determinado de políticos. Seu jogo sutil, no entanto, mal disfarça sua clara posição ideológica contra organizações políticas que se contrapõem à classe dominante e sua falsa indignação de paladinos da moralidade contra a corrupção não consegue mascarar o visceral compromisso com o sistema que a sustenta. A crise e a degradação, de fato, não atinge só o mundo da política e da economia, viceja também na mídia, setor crucial para uma sociedade livre e criadora, mas, infelizmente, cartelizado pelo grande capital, o que mostra quão longe estamos da democracia efetiva. No final do ano de 2015, em mais uma investida, a mídia espalhou o pessimismo e o clima de alarme quando o ministro da Fazenda Joaquim Levy, vinculado ao Banco Bradesco, foi afastado da sua função levando as bolsas a despencar, como sempre acontece quando diminui a possibilidade de *impeachment* da Presidente ou um representante do capital é removido das salas do governo.

No cenário dessa crise ampla, complexa, delicada e perigosa, em meio ao marasmo de corrupção, ao impasse criado na guerra entre Executivo e Legislativo, ao naufrágio de grandes partidos e ao vácuo de lideranças políticas e de novas organizações aglutinadoras, uma tábua de salvação está sendo lançada pela ação da Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário, instituições que mesmo com alguns questionamentos vêm desempenhando papel inédito na história do país. Com independência e inteligência investigam segmentos sociais tradicionalmente imunes aos rigores da lei e ganham a confiança da população. Ao atingir um número considerável de figuras da alta sociedade e desarticular complexos esquemas de corrupção, desencadearam uma “limpeza” que fortalece o Estado democrático de direito e transmite esperanças na luta contra a crise. Atendendo ao clamor popular e a uma ação encaminhada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os ministros

do Supremo Tribunal Federal (STF), por 8 votos a 3, tornaram finalmente inconstitucional o financiamento das empresas para as campanhas eleitorais, entendendo que essas “contribuições” comprometem a democracia. Trata-se de uma decisão de grande impacto na tradição política do país que será já aplicada nas eleições municipais de 2016. Assumindo uma função que na verdade caberia ao Legislativo e mesmo com disputas internas, o Poder Judiciário está desempenhando não só seu papel de guardião da Constituição, mas um delicado papel de mediador e de ousadas intervenções nos momentos mais acirrados dos confrontos políticos. Em uma situação de impasse prolongado e de processos complicados judicialmente, o STF está conseguindo manter-se à distância da exaltação dos ânimos e mostra-se firme diante das ardilosas investidas de grupos de pressão e das ondas de pesquisas. Nessas últimas semanas chamaram para si a responsabilidade de regularizar o rito do *impeachment*, esvaziando as deliberações precipitadas no Congresso e barrando as manobras das forças lideradas por Eduardo Cunha que vinha driblando o regimento e a Constituição.

Sobre esses atos surpreendentes e eletrizantes se fecham as cortinas no final de dezembro de 2015 quando se abre o recesso parlamentar que vai se prolongar até meados de fevereiro de 2016. Longe do palco, não haverá trégua para os atores desse drama. No verão que começa quente, fervem como nunca preparativos para municiar outros atos de mais suspense e lances imprevisíveis.

Possíveis benefícios do malefício

Até agora retratamos aspectos da crise no Brasil focalizando tramas, fatos e atores sediados no Planalto e nas altas esferas da sociedade. Mas, na planície há também um enorme fervilhar de forças e uma multiplicidade de iniciativas que, de muitas maneiras, se agitam para enfrentar esse período difícil da história do país. Como se sabe, quando atingido por um perigo mortal, o corpo todo passa a reagir criando anticorpos. E é essencialmente nos laboratórios das organizações da sociedade civil, nas oficinas das redes sociais, dos sindicatos, das entidades de classe, dos movimentos populares, das mobilizações de rua etc, que vêm se testando e produzindo fármacos para enfrentar uma crise tão amarga e dolorosa.

Mais visíveis, as mobilizações de rua têm se transformado em terreno de disputa entre a revolta da burguesa e as reivindicações dos setores populares. Mas,

além dessas megamanifestações instrumentalizadas pela mídia, é preciso levar em conta a intensa atividade de iniciativas, debates, estudos, publicações, petições públicas, manifestações de estudantes, professores, juristas, artistas, grupos culturais, entidades religiosas, do imenso e subterrâneo mutirão que elabora análises, críticas, pontos de vista e propostas para vencer a crise.

Nesse meio, contrariamente ao senso comum e à versão disseminada pelo monopólio da mídia, a crise está sendo vista não só na ótica da falta de ética, da incompetência administrativa ou da carência de líderes políticos. As frestas abertas sobre os enredos da corrupção, na verdade, colocam às claras como agem e se enriquecem os grandes grupos econômicos e as classes abastadas do país, quais mecanismos utilizam para realizar seus empreendimentos e se apropriar de parte considerável das riquezas nacionais, de que forma o sistema eleitoral trava a democracia e como a política é transformada em grande negócio. As acusações levantadas pelos setores dominantes e a mídia subserviente contra o governo e os gastos em benefícios e programas sociais, ocultam, por exemplo, que entre 2009 e 2014 o BNDES liberou R\$ 362 bilhões para subsidiar grandes empresas a juros muito baixos e prazos elásticos de pagamento, deixando por conta do Tesouro Nacional os riscos e o rombo dessa “bolsa empresário”. Nem se fala do absurdo que permite a uma minoria de privilegiados embolsar parte considerável do orçamento federal com os juros inebriantes obtidos em aplicações na dívida pública brasileira. Precisaria seguir essas pistas para entender porque em plena crise do país os bancos transbordam de dinheiro, como é o caso, por exemplo, do Banco Itaú que anunciou o lucro impressionante de mais de R\$ 10 bilhões entre abril e setembro de 2015.

Na década passada, quando o ciclo de expansão das *commodities* favoreceu o crescimento e aumentaram empregos e consumo, não foi difícil gerenciar um capitalismo onde “todos” saíam ganhando: empresários, sistema financeiro, trabalhadores e setores marginalizados. Mas, como vem ocorrendo com a estiagem que castiga o país, não foram criadas medidas preventivas e estruturas suficientes para se proteger diante de possíveis momentos críticos. Água, na verdade, não falta no Brasil. Carecem, isto sim, canalização e armazenamento adequados, equa distribuição, cuidados com o desperdício, transparência e administração eficiente. Da mesma forma, a crise está revelando que a curta e frágil democracia do Brasil não está suficiente e solidamente estabelecida para que o poder popular possa se

apropriar das suas vértebras mais profundas e se defender de ciclos econômicos adversos, da prevaricação dos seus representantes, de aventureiros e incursões de predadores. Como é patente, o poder econômico e as classes privilegiadas utilizam todos os meios para esvaziar a democracia, manipular o sistema eleitoral, subjugar os partidos e degradar a política. Não existindo o controle contínuo e direto da população, quando também representantes das classes populares passam a adotar esses métodos, o descrédito na política como instrumento para solucionar os problemas e organizar a sociedade pode levar o país à beira do abismo.

Não é um acaso que as Operações Lava Jato, Zelotes, Catilinárias, Acrônimo desencadeadas pela Polícia Federal, o Ministério Público e o Poder Judiciário, assumiram papel crucial nesse grave período de crise. Para evitar, no entanto, surpresas como as que ocorreram depois da operação “Mani Pulite”, desencadeada na Itália em 1992, para combater a corrupção e suas infiltrações nos mais influentes partidos, é preciso estar atentos com um processo concentrado nas mãos dos juízes e conduzido pelo alto. Não há dúvida de que o poder da lei é um avanço em relação ao poder “tradicional/patrimonialista” e “carismático/paternalista”. Mas, indo além dessa tipificação feita por M.Weber, não se deve perder de vista que uma autêntica e sólida democracia não depende só do sistema judiciário e das instituições públicas nem pode ser apenas delegada a funcionários do Estado, de partidos ou sindicatos, mas se estrutura principalmente na efetiva participação popular, no protagonismo das organizações sociais, nas dinâmicas da sociedade civil e na formação contínua da população para o autogoverno.

Em seu considerável tempo de governo, o PT se concentrou prevalentemente em combater a fome e a miséria com o intuito de incluir no sistema amplas camadas das classes baixas, sem, porém, tocar na estrutura da sociedade nem realizar reformas substanciais. Um dos seus erros mais fatais foi não ter aprofundando a democracia fortalecendo o poder popular, não ter promovido a reforma política e dos meios de comunicação, a criação de instrumentos para socializar a produção e a distribuição dos bens comuns, a ciência e a cultura. Imaginar que é possível compatibilizar interesses contrapostos de classes, encobrendo os conflitos sociais com programas assistenciais e deixando inalterados os privilégios dos grupos dominantes, revelou-se um caminho equivocado. A história, de fato, mostra que governar pela esquerda a ordem burguesa tem causado fragorosas derrotas às forças populares e que é ilusório amalgamar políticas sociais compensatórias com a

manutenção de um sistema injusto e desigual.

A saída da crise, portanto, não depende só de “limpeza” ética, de “ajuste fiscal” e acordos políticos, mas, acima de tudo, da mobilização e do protagonismo popular, da capacidade de desencadear projetos mais audaciosos de democratização e universalização de direitos, tendo consciência, como já foi alertado, de que é impossível se associar com “a classe que de fato sempre aceitou um compromisso, mesmo com o feudalismo, ao passo que, na sua essência, a classe operária deve ser sinceramente *revolucionária*”⁸.

⁸ K. Marx, *op.cit.*, p. 185.

